

Econ - Brasil

GAZETA MERCANTIL

A má fé dos homens que elaboram nossa política monetária

Vilson de Souza

A sociedade brasileira está cansada de governos incapazes, incompetentes e descomprometidos com o povo. Pior: o Brasil está parado, estagnado, sem perspectivas de crescimento, com o parque industrial se deteriorando e acumulando problemas sociais, com o crescente empobrecimento da população.

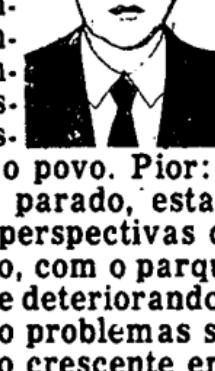
E preciso pôr um basta em tudo isso. E preciso que o País volte a se reencontrar, estancando de vez este processo de desagregação nacional e de deterioração da economia.

De uma economia promissora, florescente, passamos em poucos anos a uma economia problemática, estagnada. E por que isso? O que está errado?

Em primeiro lugar, as possibilidades de crescimento da nossa economia são restrinvidas pelo modelo de distribuição de renda, um dos mais iníquos entre as economias ocidentais. Esse processo contínuo de encolhimento do mercado consumidor interno tem, por sua vez, inibido os investimentos e desestimulado as inovações produtivas. O resultado tem sido uma expansão industrial mediocre, mesmo com o excelente desempenho das exportações, e uma busca do ganho especulativo no mercado financeiro em detrimento do investimento produtivo, que é essencial à retomada do crescimento econômico e à ampliação do mercado de trabalho.

Assim, a precondição da recuperação econômica do Brasil passa pela recuperação imediata das rendas salariais que garanta ao trabalhador níveis dignos de existência e reforce o mercado consumidor interno. Mas acenar com a recomposição salarial sem criar condições para sua implementação efetiva é continuar a enganar os trabalhadores com a possibilidade de que meros aumentos nominais de salários possam ser obtidos sem que haja uma imediata corrosão inflacionária. E preciso, portanto, que haja espaço para compatibilizar aumentos salariais sem repasse aos preços, o que só pode ser conseguido no contexto de uma política de rendas mais ampla, pela diminuição dos encargos financeiros das empresas e do governo.

A inflação destrói salários, mas o processo inflacionário brasileiro, que ameaça tornar-se incontrável, é fruto da luta das empresas pela sobrevivência, que obriga a repas-



sar aos preços os aumentos constantes de custos a que se vêem submetidas. E custos, no Brasil, significam principalmente encargos financeiros que massacraram as empresas e detonaram a disparada dos preços. E são provocados, desde 1981, pela política econômica ortodoxa que apenas enxerga, como único instrumento de ação, a contínua elevação das taxas de juro. E a prática dessa política que responde pela desorganização das finanças públicas, do arrocho salarial, da corrosão do valor das aposentadorias, da contração do mercado interno, do sucateamento do parque industrial. Enfim, é essa opção política, que atende somente aos interesses especulativos e daqueles que não querem ver em seu quintal o surgimento de uma potência concorrente, a responsável pela estagnação da economia como um todo. Sem sua mudança não conseguiremos estabilizar a economia, e, muito menos, voltar a crescer. E voltar meramente a crescer não é o bastante. E preciso que esse crescimento represente a integração de milhões de brasileiros à sociedade de consumo, desfrutando de melhores condições de vida, lazer e trabalho.

Integrar o máximo da população à sociedade de consumo é o caminho apontado pelas economias industrializadas ao defenderem a sua base econômica nacional e ao não permitirem a desagregação provocada por absurdas taxas reais de juro. Basta comparar a ação daqueles governos em defesa da economia nacional com o desempenho do nosso governo, e olhar com atenção os dados divulgados pelo FMI, para sabermos o caminho a ser seguido. No período entre 1981 e 88, por exemplo, as nações industrializadas praticaram uma taxa nominal de juros de longo prazo em torno de 10% ao ano, o que resulta uma taxa efetiva de 5%. Apenas 5% reais de juros ao ano e não ao mês, como fazem irresponsavelmente as autoridades monetárias deste país.

Irresponsáveis não. Estes senhores que formulam a política econômica sabem, ao contrário do que apregoam, que o seu discurso econômico é a racionalização de interesses subalternos, quando não escusos, a serviço de grupos financeiros poderosos que não estão preocupados com o bem-estar da população e com os mais legítimos interesses nacionais. Por isso afirmo: mais que irresponsáveis, agem de má-fé na condução dos negócios do País.

Vilson de Souza é deputado federal pelo PSDB (SC).